

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.389.720 - SP (2018/0285658-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : RENAULT DO BRASIL S/A
ADVOGADOS : MANOEL JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) -
SP028797
PATRÍCIA GUEDES GOMIDE NASCIMENTO GOMES -
SP123638
FELIPE LUIZ ALVITE - SP361632
AGRAVADO : MAYARA DE FREITAS CICOTE
ADVOGADO : ALEXANDRE LOBO MAZILI E OUTRO(S) - SP234582
INTERES. : ESTORIL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO : MÁRCIA ROBERTA PERALTA PERDIZ PINHEIRO - SP144031

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. Compra e Venda de Veículo - Ação Indenizatória - Sentença de Extinção do Feito, sem resolução do Mérito, por falta de Interesse de Agir - Inconformismo acolhido - Preliminar - Cerceamento de Defesa - Requerimento de realização de Instrução Processual para colheita de prova oral e técnica - Desnecessidade - Matéria de fato que restou incontroversa nos Autos, sendo inócua a realização de fase probatória suplementar - Mérito - Impugnação ao prazo de 45 dias requerido pelas Rés para sanear o do Defeito apresentado no produto - Suposta ameaça a lesão de Direito que demanda a apreciação do Poder Judiciário - Inteligência do artigo 3º do CPC - Anulação da r. Sentença - Extinção da Ação nos termos do artigo 485, "VI" do CPC afastada - Aplicabilidade do artigo 1.013, parágrafo 3º. I. do NCPC - Causa Madura para o Julgamento - Aplicação objetiva dos Princípios Processuais da Primazia da Resolução de Mérito, nos termos dos artigos 4º e 6º do NCPC - Prazo exorbitante requerido pelas Rés para a Retificação do produto - Impossibilidade - Prazo de 30 dias previsto expressamente no teor do artigo 18, § 1º do CDC - Sentença reformada - RECURSO PROVIDO para anular a Decisão de Primeiro Grau e determinar no mérito o saneamento dos vícios apresentados no Veículo no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de facultar a utilização das alternativas previstas nos incisos "I", "II" e "III", do artigo 18 do CDC.

Os embargos de declaração foram acolhidos nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 257):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Omissão - Ausência de estipulação do termo "a quo" para a contagem do prazo ao cumprimento da Obrigação por parte das Empresas Rés - Necessidade, tendo em vista o histórico da Demanda - Inteligência do artigo 494, incisos I e II do Código de Processo Civil - Admissibilidade - Contagem do Prazo que deve ser estabelecida a partir da efetiva entrega do Bem para as Empresas Rés para a realização dos reparos - Acolhidos os Embargos para retificar o teor do V. Acórdão, com caráter integrativo do Julgado. — Embargos conhecidos e providos para retificação da omissão apontada, sem possuir, contudo, efeito modificativo do Julgado.

Nas razões do recurso especial, a parte ora agravante aponta violação do art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta ausência de sua responsabilidade ante a não comprovação de ato ilícito e nexo causal "cristalizada pela ausência de provas ou elementos que corroborem o relato autoral" (e-STJ, fl. 270).

Sem Contrarrazões (e-STJ, fl. 279).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Da análise dos autos, verifica-se que a discussão a respeito da suposta ausência de responsabilidade da agravante, bem como da existência de ato ilícito não foi objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, pois ausente o requisito indispensável do prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública. Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Em relação ao artigo 396 do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida em tal dispositivo não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. A despeito de o insurgente afirmar não ter manejado o reclamo com base na alínea "c" do permissivo constitucional, em uma simples leitura da folha de apresentação do recurso especial depreende-se que o apelo foi interposto com fundamento "nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República". Assim, não tendo a parte logrado comprovar o referido dissenso jurisprudencial, adequada a monocrática que não conheceu do recurso no ponto.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.112.475/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora